

Convergência populista

Rogério L. Furquim Werneck*

Só não vê quem não quer. O populismo se alastra. No governo, na oposição, no Congresso e no Judiciário. O alastramento salta aos olhos na celeuma em torno da Petrobras.

Alarmado com as dificuldades da reeleição, Jair Bolsonaro parece mais e mais enfurecido com sua incapacidade de sustar os reajustes de preços de combustíveis que, na esteira da elevação dos preços internacionais, continuam a ser feitos pela empresa.

A oposição festeja a impotência de Bolsonaro. Lula alega que, se tivesse “coragem”, o presidente poderia resolver o problema com uma canetada (*Estado*, 9/6). Mas não deixa de se mostrar perfeitamente alinhado com a irritação de Bolsonaro com a Petrobras: “Por que impor um preço internacional a um produto nacional? Isso é perda de soberania” (*Folha*, 18/6). Em tempo: uma boa alma poderia tentar explicar a Lula o significado de soberania, palavra que passou a usar a cada três frases, quase sempre de modo despropositado, como na declaração acima.

No Congresso, campeiam, sob o signo do populismo, os Cavaleiros do Centrão. A cada dia, suas hostes saem em campo para resolver a ferro e fogo, não importa a que custo, as urgências eleitorais do momento. Com o Poder Executivo fragilizado e o Congresso imbuído de onipotência, o Centrão já nem disfarça a truculência com que se dispõe a anarquizar arranjos institucionais duramente construídos, para se livrar de inconveniências eleitorais momentâneas.

Diante de autorizações, eleitoralmente inoportunas, de reajuste de tarifas de energia elétrica em vários Estados, o Centrão se dispôs a recorrer a um Projeto de Decreto Legislativo, para atropelar a agência reguladora, romper contratos, dar o dito por não dito e adiar os reajustes para 2023.

Na mesma linha, o Centrão decidiu, da noite para o dia, propor intervenções brutais na cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Sem se preocupar com a eficácia das medidas ou com seus efeitos sobre as finanças dos Estados.

E há muito mais sendo urdido pelo Centrão. Até mesmo um estado de emergência, para driblar restrições impostas pela legislação eleitoral e pelo teto de gastos e viabilizar mais um irresponsável pacote de bondades. É a marcha desenfreada do populismo.

É nesse vale-tudo que se insere o ataque do presidente da Câmara à Petrobras, prenúncio da nova missão a que agora se propõe o Centrão, em sua cruzada de desconstrução institucional: dismantelar as exigências legais de boa governança na empresa, para que ela possa ser reintegrada à “família”. E Glesi Hoffmann, presidente do PT, já deixou claro que seu partido está de pleno acordo com essa iniciativa do Centrão de rever a Lei das Estatais (*Valor*, 23/6).

Chama a atenção que ainda haja quem, de boa-fé, se permita criticar a construção institucional que hoje permite proteger a Petrobras contra manipulações eleitoreiras. E lamenta que a empresa não possa mais adotar uma política de preços discricionária, ditada pelo governo, que atenua o impacto do encarecimento global do petróleo e seus derivados.

Há que refrear a ingenuidade e indagar: ao longo dos últimos 20 anos, que uso deu o governo a seu poder de impor políticas discricionárias à Petrobras? Lula e Dilma, numa lista curta, mantiveram preços represados, obrigaram a empresa a desenvolver projetos de investimento desastrosos e a sobrecarregaram com obrigações absurdas de compra de equipamentos nacionais e participação mínima em projetos no pré-sal. E, pior, ainda envolveram a empresa no escandaloso esquema de apoio do Centrão ao governo, que redundou no petrolão. Alguém tem dúvida sobre o que faria Bolsonaro, agora, caso pudesse intervir nas decisões da Petrobras?

Não há como ter ilusões. Nessa celeuma, Bolsonaro, Lula e o Centrão estão irmanados no mesmo propósito. Querem todos, cada um à sua maneira, voltar a poder “botar as mãos” na Petrobras. É preciso resistir à onda populista e preservar a blindagem da empresa, para que o circo de horrores dos últimos 20 anos não seja remontado.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.